

BALANÇO PATRIMONIAL - 2022

Upa Campos Sales

CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H – CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 EM REAIS (R\$)				Patrimônio Social Déficit acumul. Total			
BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT			
ATIVO	NOTA	2022	2021	NOTA	2022	2021	
CIRCULANTE		9.658.988	3.165.188	RECEITAS			
Caixa e equivalente de caixa	3	11.839	564.298	OPERAC.	25.550.733	21.472.572	
Contas a receber	4	7.915.917	1.916.008	Serviços prestados			
Estoques	5	1.649.132	568.537	pacientes SUS	25.550.733	21.472.572	
Adiantamento				CUSTOS	(24.431.033)	(23.082.374)	
funcionários		53.747	47.251	Pessoal e encargos	(8.031.341)	(7.359.512)	
Outros créditos		28.353	69.094	Serviços de terceiros	(12.808.254)	(12.462.376)	
NÃO CIRCULANTE		93.984	4.122.878	Materiais e			
Partes relacionadas	11	-	4.021.641	medicamentos	(3.591.438)	(3.260.486)	
Imobilizado	6	93.984	101.237	DESPESAS	(3.209.709)	(2.264.240)	
TOTAL DO ATIVO		9.752.972	7.288.066	Pessoal e encargos	(2.007.835)	(1.839.878)	
				Despesas gerais e			
PASSIVO				administrativas	14	(1.210.856)	(564.030)
CIRCULANTE		9.055.445	6.880.781	Depreciação/			
Fornecedores	7	4.889.305	3.220.570	amortização	(13.117)	(12.340)	
Obrigações				Impostos, taxas e			
trabalhistas	8	1.267.066	1.063.073	contribuições	(2.188)	(1.349)	
Obrigações sociais	9	204.588	162.514	Outras receitas e			
Obrigações fiscais		66.861	92.203	despesas			
Outras contas a pagar	10	2.557.625	2.323.421	operacionais	24.287	153.357	
Partes relacionadas	11	70.000	19.000	FINANCEIRAS			
NÃO CIRCULANTE		2.235.599	-	LIQUIDAS	(92.795)	(52.722)	
Partes relacionadas	11	2.235.599	-	Receitas financeiras	5.133	1.829	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	(1.538.072)	407.286	Despesas financeiras	(97.928)	(54.551)	
Patrimônio Social		644.732	4.334.050	DÉFICIT DO			
Déficit Acumulado		(2.182.804)	(3.926.764)	EXERCÍCIO	(2.182.804)	(3.926.764)	
TOTAL DO PASSIVO E DO				AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.752.972	7.288.066				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
1. CONTEXTO OPERACIONAL a) Objetivos Sociais A Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM. b) Contrato de Gestão: A Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/09/2023 conforme 10º Termo Aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica.		
É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:		
Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967
Em 20 de outubro de 2022, obteve renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, com validade pelo período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, pela portaria nº 764 emitida pelo Ministério da Saúde. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. c) Déficit do exercício de 2022 Em 2022, a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades e despesas administrativas, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Em contra partida, os recursos provenientes do contrato de gestão conjunto entre UPA Campos Sales e Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, reconhecidos como receitas da UPA, não foram suficientes para cobrir os custos e despesas administrativas do exercício. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, a UPA apresentou déficit de R\$ 2.182.804 e, conseqüente, impactou em um patrimônio líquido negativo na ordem de R\$ 1.538.072. A Administração busca a readequação dos montantes de receitas a serem reconhecidos pela UPA frente a meta de reequilibrar os fluxos de caixa conjunto com o Hospital para o próximo exercício e entende que a Unidade não possui riscos de continuidade, uma vez que está suportada pela gestão conjunta que apresenta superávit consolidado.		
2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 27 de março de 2023. 2.2. Base de mensuração e apresentação As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas		
contábeis a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. d) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. e) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. f) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO		
	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Superávit do exercício / período	(2.182.804)	(3.926.764)
Depreciação/amortizações	13.116	12.339
Superávit ajustado	(2.169.688)	(3.914.425)
Variac. no circ. das contas de ativo e pas.	(2.449.548)	2.090.794
Redução / (Aumento) dos créditos – circulante	(5.965.663)	(340.754)
(Aumento) de estoques	(1.080.595)	(68.915)
Aumento / redução das despesas exercício seguinte		
(Redução) / aumento de fornecedores	1.668.735	1.056.607
Aumento de obrigações trabalhistas	203.993	219.397
Aumento de obrigações sociais	42.074	42.622
(Redução) / aumento de obrigações tributárias	(25.341)	(23.920)
Aumento de outras obrigações	2.469.803	2.311.560
Aumento / redução das obrigações - não circulante	-	-
Ajustes patrimoniais	237.446	(1.105.804)
Caixa líquido proven. das ativ. operacionais	(4.619.238)	(1.823.631)
Atividades de investimentos	(5.864)	(5.864)
Aquisição de imobilizado	(5.864)	-
Atividades de financiamento	4.072.641	2.161.161
Partes relacionadas	4.072.641	2.161.161
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(552.460)	337.530
Variac. em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo existente no início do exercício / período	564.298	226.768
Saldo existente no final do exercício / período	11.839	564.298
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(552.460)	337.530

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	2022	2021
Caixa	491	1.169
Aplicações em CDB – custeio	11.349	563.129
	11.839	564.298

4. CONTAS RECEBER		
	2022	2021
Contrato de gestão - Parcela de Dezembro	2.638.639	1.916.008
Contrato de gestão - Parcelas de meses anteriores (i)	5.277.278	-
	7.915.917	1.916.008

(i) Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía R\$ 5.277.278 em recursos pendentes a receber de meses anteriores junto a SES/AM. Estes recursos foram recebidos em fevereiro de 2023.

5. ESTOQUES		
	2022	2021
Drogas e medicamentos	422.068	204.964
Dietas enterais e parenterais	102.922	30.702
Fios cirúrgicos	14.800	13.268
Materiais de uso do paciente	241.511	228.417
Materiais de laboratório	16.597	22.510
Demais materiais	229.898	68.686
Total de estoques adquiridos	1.027.796	568.537
Estoques cedidos pela SES/AM (i)	621.336	-
Total de estoques de terceiros	621.336	-
	1.649.132	568.537

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 10. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

6. IMOBILIZADO		
Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:		
	10%	Total
Máquinas e Equipamentos	113.576	113.576
31 de dezembro de 2020		
Aquisição	(12.339)	(12.339)
Depreciação	101.237	101.237
31 de dezembro de 2021		
Aquisição	5.864	5.864

Continuação...		
Depreciação	(13.117)	(13.117)
31 de dezembro de 2022	93.984	93.984
7. FORNECEDORES		
	2022	2021
Materiais e medicamentos	781.037	533.659
Serviços médicos	3.189.465	2.169.606
Serviços	608.748	406.778
Diversos	310.055	110.527
	4.889.305	3.220.570
8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
	2022	2021
Obrigações com pessoal	471.868	386.767
Provisão de férias	736.354	626.210
Provisão FGTS s/férias	58.844	50.096
	1.267.066	1.063.073
9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
	2022	2021
INSS a recolher	53.803	47.708
FGTS a recolher	77.559	65.175
IRRF s/ folha a recolher	56.076	41.872
Contribuição Sindical a recolher	48	32
Assistência Médica a Pagar	17.102	7.727
	204.588	162.514
10. OUTRAS CONTAS A PAGAR		
	2022	2021
Empréstimo Consignado	30.025	26.511
Empréstimos Materiais SES-AM (i)	2.527.600	2.296.910
	2.557.625	2.323.421

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2023.

11. PARTES RELACIONADAS O contrato de gestão nº 001/2019-SES/AM, compreende a Administração do Complexo Hospitalar, considerando o Hospital Delphinia Rinaldi Abdel Aziz e a UPA 24 horas - Campos Sales. Os recursos obtidos para gestão destas unidades são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. Em 2022, a UPA 24 horas - Campos Sales transacionou R\$ 2.235.599 (R\$4.021.641 em 2021) com o Hospital. Para efeito de controle dos recursos de gestão, são elaboradas informações financeiras para prestação de contas ao Ente Público de forma consolidada entre UPA e Hospital, onde os saldos das transações entre partes relacionadas são eliminados. As despesas adminis-

trativas compartilhadas com a matriz viabilizam-se para uma adequada execução do contrato de gestão, no encerramento deste exercício social de 2022 findou-se em R\$70.000 (R\$ 19.000 em 2021).

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2022	2021
Trabalhista	110.000	110.000
	110.000	110.000

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. No ano de 2022, foram realizados processos de reconciliação e reclassificação de saldos patrimoniais e baixa de provisões de obrigações trabalhistas relativas ao exercício de 2021.

	2022	2021
Água e esgoto	(2.925)	(3.560)
Manutenção e conservação	(17.201)	(27.173)
Serviços de gestão	(381.000)	(147.000)
Outros	(809.730)	(386.297)
	(1.210.856)	(564.030)

15. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentada o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2022	2021
Cota patronal	1.595.674	1.510.217
Terceiros	169.869	437.963

RAT/SAT	159.568	151.022
Total INSS	1.925.111	2.099.202
COFINS	766.522	644.177
Total COFINS	766.522	644.177
TOTAL	2.691.633	2.743.379

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2022	2021
Aplicações financeiras	11.348	563.129
Contas a receber	7.915.917	1.916.008
Total ativos financeiros	7.927.266	2.479.137
Fornecedores	4.889.305	3.220.570
Total passivos financeiros	4.889.305	3.220.570

17. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Manaus/AM, 27 de março de 2023.

Cinthia Rodrigues de Souza
Diretora Executiva - CPF: 946.501.79-49
Joseph Marcelo Feitosa Gomes
Contador - CRC AM - 013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Unidade de Pronto Atendimento - Campos Sales Manaus - AM **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes** Conforme nota explicativa nº 12, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerada como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos

mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. ii) Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuiriam substancialmente para o déficit de R\$ 2.182.804 apurado no exercício e considera como determinantes para o equilíbrio dos fluxos de caixa futuro a redistribuição das receitas do contrato de gestão conjunto entre UPA Campos Sales e Hospital Delphinia Rinaldi Abdel Aziz. Em 31 de dezembro de 2022, a UPA apresentava patrimônio líquido negativo no ordem de R\$ 1.538.072. A Administração considera que não há existência de incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da Unidade, uma vez que as atividades e recursos do contrato de gestão 001/2019/SES/AM são consolidados entre UPA e Hospital. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 25 de março de 2022, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas de-

monstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2023.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovani - Contador CRC 1SP 331.721/O-0